



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 076/12

Declara de Utilidade Pública a
Associação dos Fruticultores de
Terra Roxa, com sede e foro no
Município de Terra Roxa.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Terra Roxa, com sede e foro no Município de Terra Roxa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de maio de 2012.

Dois assinaturas manuscritas. A primeira é uma assinatura fluida e estilizada. A segunda é uma assinatura mais densa, com muitas hachuras e cruzes.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi, com uma letra 'A' inicial muito grande e decorativa.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do Relator, com uma letra 'R' inicial muito grande e decorativa.

RELATOR

DEP. Luiz Eduardo Cheida e DR. BATISTA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

465/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 01 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: *Proíbe a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná*

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, as empresas, fabricantes e os pontos de comercialização ficarão proibidos de dispor, vender e transportar cigarros que contenham sabores (aromatizantes), como os mentolados, de chocolate, morango entre outros.

Parágrafo único. Ficam também proibidos comerciais, cartazes, estandes, e outros meios de divulgação que contenham cigarros com aditivos de sabor.

Art. 3º - As pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem cigarros que contenham os aditivos de sabor estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- I) Apreensão de todo o estoque em desacordo com esta lei;
- II) Multa de 10 (dez) a 10.000(dez mil) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas ou físicas que forem reincidentes terão aplicação da penalidade prevista no inciso II deste artigo em dobro e triplo, sucessivamente, e estarão sujeitas a interdição do estabelecimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

Art. 4º - A fiscalização e a aplicação das sanções ficará ao encargo da Secretaria de Estado da Saúde, e do Departamento de Vigilância Ambiental – DEVA, nos termos e atribuições previstos no inciso XIX do art. 2º do Anexo ao Decreto Estadual 777/07.

Art. 5º - Os estabelecimentos que comercializam cigarros terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de junho de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual – PMDB

DR. BATISTA
DEPUTADO ESTADUAL - PMN



JUSTIFICATIVA

"Como o tabaco tem um gosto ruim, esses aromas facilitam a iniciação ao cigarro. O aditivo é um truque sujo para conquistar os jovens". Esta afirmação é do Sr. Agenor Álvares, diretor da ANVISA (agência de Vigilância Sanitária), e com esta frase resume a intenção deste legislador em proibir os cigarros com sabores.

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de cigarros entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores para o consumo juvenil é a adição de sabores aos cigarros.

Em 2007 23% da população brasileira era fumante, em 2010 este número caiu para 19%. Isto significa que aproximadamente 7,6 milhões de pessoas abandonaram o fumo (seja por morte, doenças ou por meios voluntários). Com esta queda os fabricantes investiram em novas apresentações, colorindo os cigarros e em especial adotando cigarros com sabores.

A estratégia parece que está dando certo, afinal dos fumantes brasileiros 36% tem entre 16 e 34 anos, sendo que 15% dos fumantes tem menos de 24 anos. Uma pesquisa realizada entre 2002 e 2005 apontou que 44% dos adolescentes e jovens fumam cigarros aromatizados.

Estudos recentes confirmam que os cigarros mentolados além de facilitadores da iniciação ao tabagismo, são considerados mais viciantes e, portanto, seus consumidores têm mais dificuldade de largar o cigarro. O mentol age como um analgésico, diminuindo a irritação na garganta e nos pulmões, e também potencializa os efeitos da nicotina, razões que comprovam seu perigo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 05

A ANVISA estuda medidas de proibir cigarros aromatizados, com esta lei o Paraná mais uma vez dará exemplo para o nosso país na promoção da saúde humana.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 465/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

I - Preliminarmente



Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente.

Vedando-se à CCJ, e as demais comissões, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.

Ch
Recebido
em 17/10/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 93

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável cabe, ainda, **ao parlamentar se insurgir e requerer uma reapreciação desta vez no plenário da Assembléia.**

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei **não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.**

II - Dos Fatos e dos pareceres

/ O Deputado que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que **proíbe a comercialização de quaisquer cigarros que tenham aditivos para dar sabor, aroma ou equivalente, em todo o território paranaense.**

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator o Sr. Élio Rusch.

Inicialmente o Projeto de lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Estadual Élio Rusch em seu parecer argüiu que o Projeto de Lei em tela é ilegal, pois contrapõe Lei Federal em vigor. Em síntese fundamenta a ilegalidade sobre a tese de que caberia a ANVISA a legislação sobre o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

82

O Deputado relator afirma:

"Quanto à análise da matéria ora proposta, ressalta-se que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA"

Ora, o deputado afirmou que é de competência da ANVISA regular a venda, consumo, etc., e não de legislar, pois a atividade legislativa é exclusiva do Poder Legislativo, e nenhuma outra instituição poderá invadir esta competência, a não ser de forma delegada e explícita, e mesmo assim nunca, sobre nenhuma hipótese, poderá suplantá-la, leia-se, ser superior a atividade do legislador.

Segue na argumentação, o nobre parlamentar relator, citando o artigo 7º, inciso XV e artigo 8º, §1º, inciso II, da lei federal nº9782/1999, os quais transcreve-se novamente:

"Art. 7º Compete a Agência (...) devendo:
(...)"

XV - proibir a fabricação, a importação o armazenamento a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da **legislação pertinente** ou de risco iminente à saúde"

Como se não fossem suficientes os equívocos, *data vênia*, do nobre relator, segue a citação do artigo 8º extraído do mesmo parecer:

"Art. 8º Incumbe a Agência respeitada a **legislação em vigor**, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

X - cigarros, cigarrilhas, charutos e qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco;"



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 05

Em síntese o Deputado Élio Rusch afirmou que o presente projeto é inconstitucional, pois feriria a Lei Federal nº9782/1999, pois caberia a ANVISA, ente do Poder Executivo regular, disciplinar e, portanto, legislar EXCLUSIVAMENTE sobre cigarros e semelhantes.

/ **Inconformado com esta decisão o parlamentar que a este subscreve apresentou uma impugnação ao relator r. citado. O nobre Presidente da CCJ designou novo relator, o Deputado Cesar Silvestre Filho. O nobre parlamentar então apresentou novo parecer com os argumentos semelhantes ao do nobre Deputado Élio Rusch.**

/ O parlamentar Cesar Silvestre Filho ao manter os argumentos declara que cabe a ANVISA legislar sobre cigarros. Transcreve-se os argumentos do nobre deputado:

"Cumpre salientar que a competência para regular a venda, produção e consumo de produtos e insumos cabem a ANVISA.

/ ...

Tal competência está estabelecida nos artigos 7º, XV e 8º, §1º, II, da LEI FEDERAL Nº 9782/1999, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária e dá outras providências, senão vejamos:

/ "Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

(...)

/ XV – proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

An



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D/L.

Fls. 06

8

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

(...)

X - cigarros, cigarrilhas e qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco;"

Observe-se que o ilustre Deputado afirmou que não poderia o legislador estadual disciplinar o consumo, comércio e distribuição de cigarros e afins, uma vez que a ANVISA é a única competente para estes fins.

Ocorre que o próprio relator afirma que o controle, a fiscalização e a proibição dos cigarros pela ANVISA decorrem de lei, ou seja da atividade parlamentar. Tanto os artigos 7º e 8º da citada lei federal, trazem argumentos que submetem a ANVISA a legislação e não dão a esta autarquia poder de legislar.

Continua o nobre relator a afirmar que **a atividade do legislador foi destituída em favor de um ente do Poder Executivo,** afirmando, inclusive que resoluções do órgão impedem outras legislações sobre o assunto:

"A resolução nº 46 de 2001 da ANVISA é a responsável em maximizar os teores máximos dos componentes do cigarro, conforme artigo 1º, senão vejamos:

Art. 1º Estabelecer os teores máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono presentes na corrente primária da fumaça para os cigarros comercializados no Brasil.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fis 97

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é ilegal por conter vício de iniciativa, tendo em vista que a competência para regulamentar o assunto abordado no presente projeto de lei é de competência da UNIÃO, através do Ministério da Saúde – ANVISA."

Infelizmente houve uma aberração constitucional ao se cogitar a desistência do Poder de Legislar deste Poder, dando a uma autarquia do Poder Executivo atribuição exclusiva para legislar sobre os cigarros.

Sem adentrar, ainda neste equívoco, a própria argumentação do Deputado César Silvestre Filho, tal como a do deputado Élio Rusch, **explicita que a ANVISA cumpre a LEGISLAÇÃO EM VIGOR, e não produz lei.**

Veja -se, regular significa disciplinar, fiscalizar, e não legislar, é o que afirma a lei, a regulação de que trata a Lei Federal nº 9782/1999, que cria a autarquia ANVISA, **não dá a este órgão competência legislativa, uma vez que seria absolutamente inconstitucional, aliás, repita-se a lei federal deixa claro que a ANVISA deverá cumprir a legislação. Como, aliás, todo e qualquer ente do Estado.**

Compete a Agência, então, **CUMPRIR A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**, esta é a alegação trazida pelo próprio relator. Cumprir a Legislação significa que a ANVISA deverá se subordinar a legislação pátria e não produzir leis, insistentemente repete-se.

A resolução nº 46 de 2001, citada pelo nobre parlamentar, regula os teores máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, onde nesta resolução está escrito que a ANVISA regulará os aditivos de sabores, aromas, e similares??? Ou melhor, em qual parte do presente Projeto de Lei pretendem os autores regularem ou modificar os teores máximos de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono?

Criou-se, assim uma argumentação em que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não poderá mais legislar

Ch



nenhuma matéria de saúde pública, uma vez que a ANVISA regulará os produtos nocivos à saúde.

III – DA LEGISLAÇÃO FEDERAL

Além dos motivos já exalados, demonstrando que o próprio relator em seu parecer se equivoca ao alegar a ilegalidade do presente projeto, já que na fundamentação cita uma lei federal que demonstra justamente o contrário, **ou seja, cabe ao legislador disciplinar em lei quais produtos e serviços devem ser regulados e fiscalizados pela ANVISA. Ou seja, bastaria a citação da própria lei federal trazida pelo nobre relator para demonstrar a LEGALIDADE do projeto de lei em tela e não o contrário.**

Mas, no sentido de contribuir, de demonstrar e assegurar a esta Casa sua competência legislativa ao mesmo tempo em que ilumina-se a questão com nossa Carta Maior.

A República Federativa do Brasil rege-se pela Constituição como norma máxima e constitutiva do Estado/Nação Brasil. Todo o ordenamento deverá estar recepcionado e submetido aos dispositivos e princípios exarados desta Carta.

Ou seja, deve todo legislador, todo administrador público, todos os julgadores, e toda a população, enfim, estar subordinado à Constituição. E é dessa Constituição que extraímos o princípio da divisão dos três poderes.

Desta independência e do princípio da divisão dos três poderes que se extrai que a atividade legislativa é atribuição do Poder Legislativo. Sendo que o chefe do Poder Executivo, os Presidentes dos Tribunais e os Procuradores Gerais poderão propor leis de natureza específica de suas ações.

Au



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 89

Afirmar que uma lei federal outorgou a uma autarquia o poder EXCLUSIVO de legislar sobre assuntos desta natureza, é por em risco o Estado Democrático de Direito e permitir trincar, para não dizer fraturar, um princípio básico e norteador do Estado Brasileiro.

A própria Constituição, aliás, que garante o Poder de Legislar dos Estados membros sobre saúde. Vejamos o que diz o artigo 23 de nossa Carta Maior:

"Art. 23 – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;"

Na mesma esteira o artigo 24 da Constituição da República Federativa do Brasil afirma que :

"Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V – produção e consumo;

...

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

§1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

§2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

Ch



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Assim explicitamente há a previsão constitucional sobre a capacidade legislativa do Estado na questão de defesa da saúde. Os dois dispositivos constitucionais asseguram que os Estados poderão, aliás, deverão, produzir leis que disciplinem a defesa à saúde e que promovem a saúde e o bem estar de sua população.

O presente projeto, desta forma se coaduna com os dispositivos constitucionais de forma harmônica e assim plenamente válida. Passado pelo crivo constitucional passa-se a questionar se o presente Projeto de Lei se contrapõe a outra legislação em vigor.

Não há nenhuma lei que garanta a produção de tabaco com aromatizantes, e assim não há que se falar em ilicitude do presente Projeto de Lei, pois o mesmo vem suplementar a legislação em vigor e, portanto, está plenamente válido diante do ordenamento jurídico.

Se esse não fosse o caso, e se os deputados relatores estivessem com a razão os Tribunais teriam derrubado a lei que proíbe consumo de tabaco em locais fechados, já que, segundo os relatores, caberá EXCLUSIVAMENTE a ANVISA legislar sobre o consumo do tabaco. Mas a legislação estadual que proíbe os fumantes de fazerem uso do tabaco em locais fechados está válida, e plenamente em vigor mesmo após inúmeras tentativas da indústria de derrubar a lei. Os tribunais já deixaram claro que pode o Estado legislar sobre o tema uma vez que é de competência COMUM, e assim não cabe a indústria alegar inconstitucionalidade, ou seja, diante do assunto similar não há o que se falar em ilicitude do presente projeto de lei.

O Paraná pode e deve prever normas que garantam aos seus cidadãos saúde. Não pode o legislador estadual querer restringir o princípio constitucional Republicano e Federativo, ao argumentar que um ente da administração indireta tem competência natural e inequívoca do Poder Legislativo.

Mais do que assegurar que este Projeto de Lei siga seu trâmite nesta Casa a questão agora toma um fundo muito mais importante, que é resguardar e garantir o Poder de legislar da Assembléia Legislativa do Paraná. Infelizmente a questão é: a assembléia Legislativa entende que a lei federal que criou a autarquia dá a esta o poder de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 11

legislar exclusivamente sobre determinado tema, ou se a Assembléia Legislativa entende que a atividade legislativa é natural e soberana do Poder Representativo do povo traduzido pelos seus deputados.

IV – Conclusão

Diante dos argumentos expostos e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam à saúde, deve o Projeto de lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 16 de agosto de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465 /11

PROJETO DE LEI Nº 465 /11

AUTORES: DEPUTADOS LUIZ EDUARDO CHEIDA E DR BATISTA

SÚMULA: PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE CIGARROS COM ADITIVOS QUE DÃO SABORES NO ESTADO DO PARANÁ.

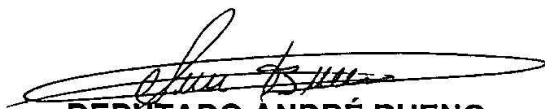
JUSTIFICATIVA

O mentol, e os outros aromatizantes age como indutor e analgésico, para consumidores iniciantes e jovens, tem mais dificuldade de largar o cigarro.

Sendo também considerados viciantes.

CONCLUSÃO

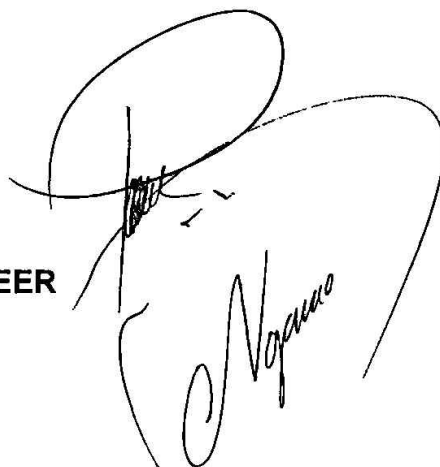
Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA



PARECER

Projeto de Lei nº 465/11

Autor : Deputado Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista

Súmula : Proíbe a comercialização de
Cigarros com aditivos que dão sabores
No Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, dos Deputados Estaduais Luiz Eduardo Cheida e Dr. Batista tem como finalidade proibir a comercialização de cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná, sendo que tais aditivos facilitam a iniciação ao cigarro.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto recebeu parecer contrário na CCJ, em face disso o autor apresentou recurso ao plenário e foi aprovado em discussão única na sessão de 22/11/11.

Em 23 de novembro recebeu parecer favorável da comissão de Indústria e comércio:

Anualmente o consumo de cigarros entre os adultos com mais de 30 anos vem decrescendo, e infelizmente o consumo de tabaco entre a população jovem vem aumentando, e estudos demonstram que um dos motivadores e a adição de sabores aos cigarros.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

D. L.
33
Fls.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto de lei.

Sala de reuniões em 13 de 03 2012


DEPUTADO PRESIDENTE


NELSON LUERSEN
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/2011

Projeto de Lei nº 465/11

Autores: Deputado Luiz Eduardo Cheida e Deputado Doutor Batista

SÚMULA: Proíbe a comercialização de Cigarros com aditivos que dão sabores no Estado do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O COMÉCIO DE CIGARROS COM ADITIVOS DE SABORES NO TERRITÓRIO PARANAENSE. APROVAÇÃO MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Deputados Luiz Eduardo Cheida e Doutor Batista tem por finalidade proibir a comercialização de cigarros com sabores no Estado do Paraná.

É sabido que esses aditivos são atrativos que facilitam a iniciação principalmente de adolescentes e jovens em idade escolar ao tabagismo.

Pesquisa recente da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP- Fiocruz). Demonstra que o cigarro com sabor é o preferido entre os adolescentes brasileiros que começam a fumar. A coleta dos dados foi feita em 13 capitais e de acordo com os resultados, os jovens que escolhem esse tipo de produto fumam mais e com maior frequência que aqueles que escolhem cigarros sem aditivos.

FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente é necessário lembrar que o projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, que atribuiu ilegalidade à matéria, por ser esta de competência do Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Posteriormente os autores apresentaram recurso ao Soberano Plenário desta Casa que analisou, votou e aprovou a legalidade da proposta, qualificando a mesma a tramitar normalmente.

72



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DAP

Fls. 38

155

No mesmo sentido as Comissões de Indústria e Comércio e de Saúde também opinaram pela aprovação da matéria em seus pareceres técnicos.

Cumpre então salientar que é de competência da Comissão de Agricultura manifestar-se sobre todas as proposições relativas a assuntos que envolvam a agricultura propriamente dita, pecuária, caça pesca, flora, fauna, solo, defesa animal, vegetal, irrigação e insumos, conforme estabelece o Art. 33E do Regimento Interno desta Casa de Leis.

"Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

- Artigo acrescido pela Resolução no 03 de 27 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da Assembleia, Edição no 34 - 17ª Legislatura, 1ª Seção Legislativa, de 28 de abril de 2011."

CONCLUSÃO

Por ser a matéria de grande importância a sociedade paranaense, principalmente aos nossos jovens, opinamos FAVORÁVELMENTE por sua aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 09 de abril de 2012.

HERMAS JÚNIOR

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Agricultura

RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV

Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 401/12

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao **Ministro Enrique Ricardo Lewandowski**.

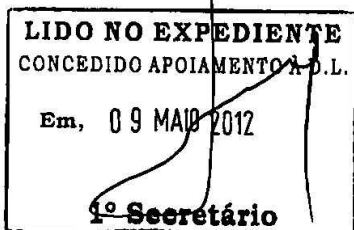
Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2012


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Deputado Estadual


Reni Pereira
Deputado Estadual



15:21 09/05/2012 002765 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

JUSTIFICATIVA

O Ministro Ricardo Lewandowski, nascido no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1948, é um jurista nacional, é Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A produção juridico-literária do Ministro constitui relevante contribuição para o meio jurídico e academico em razão de sua boa técnica jurídica e, sobretudo, pelo seu posicionamento firme e marcante na abordagem dos temas tratados:

- *Proteção dos Direitos Humanos na Ordem Interna e Internacional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.*
- *Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.*
- *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: o papel do juiz no processo de integração regional (Coord.). São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2000.*
- *Globalização, Regionalização e Soberania. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.*
- *A influência de Dalmo Dallari nas decisões dos tribunais (Coord.). São Paulo: Saraiva, 2011.*

A corroborar a oportunidade e justiça da presente proposição, o resumo do currículo do Ministro Lewandowski destaca a relevância de seu trabalho à nação brasileira:

- *Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, da Fundação-Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1971).*
- *Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, autarquia municipal (1973)*
- *Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a dissertação Crise Institucional e Salvaguardas do Estado (1980).*
- *Master of Arts em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University, administrada em cooperação com a Harvard University, com a dissertação International Protection of Human Rights: A study of the brazilian situation and the policy of the Carter Administration (1981).*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

- *Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese Origem, estrutura e eficácia das normas de proteção dos Direitos Humanos na ordem interna e internacional (1982).*
- *Livre-docente em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil (1994).*
- *Professor Titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por concurso público de provas e títulos, com a tese Globalização, Regionalização e Soberania (2003).*
- *Advogado militante, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 33.174, em 08.10.1974 (1974 a 1990).*
- *Secretário de Governo e de Assuntos Jurídicos de São Bernardo do Campo (1984 a 1988).*
- *Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, tendo ingressado pelo Quinto Constitucional da classe dos advogados (de 11 de setembro de 1990 até 06 de março de 1997).*
- *Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, promovido por merecimento, onde integrou, sucessivamente, a Seção de Direito Privado, a Seção de Direito Público e o Órgão Especial (06 de março de 1997 até 16 de março de 2006).*
- *Ministro do Supremo Tribunal Federal (de 16 de março de 2006 até a presente data).*
- *Ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (de 20 de junho de 2006, quando ingressou como Ministro)*
- *Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, eleito em 9 de março de 2010, até para um mandato de dois anos.*
- *Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por concurso público de provas e títulos (desde 17 de março de 2004, tendo ingressado na carreira, em 1978, como Docente Voluntário).*
- *Chefe do Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (de 17 de março de 2004 até 16 de março de 2006).*
- *Coordenador do Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (de 2005 até 16 de março de 2006).*
- *Acadêmico Titular, na cadeira de Rui Barbosa, da Academia de Letras da Grande São Paulo (1986 até a presente data).*
- *Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (1989 a 1990).*
- *Diretor Jurídico da Associação Paulista de magistrados (1992 a 1994).*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

- *Diretor Tesoureiro Adjunto da Associação Paulista de Magistrados (1994 a 1996).*
- *Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1993 a 1995).*
- *Acadêmico Titular da Academia Paulista de Magistrados (2001 até a presente data).*
- *Acadêmico Titular, na cadeira de Pedro Lessa, da Academia Paulista de Direito (2006 até a presente data).*
- *Associado Honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo (2010 até a presente data).*
- *Acadêmico Perpétuo da Academia Paulista de Letras Jurídicas, titular da Cadeira nº 12, patrono José Carlos Ataliba Nogueira (admitido em 11 de agosto de 2010).*
- *Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (admitido em 19 de setembro de 2011).*

Portanto considerando a notória importância da atuação do Ministro Lewandowski, cujas decisões sempre se norteia pela observância da segurança jurídica e pela pacificação das relações sociais, é que se propõe esta homenagem a este homem do direito e pelo direito cuja trajetória de vida sempre se mostrou pautada pelo elevado espírito repúblico. Esta proposição é, também, o reconhecimento formal que o Estado do Paraná confere ao Ministro Lewandoswki pela sua inestimável colaboração à consolidação da democracia brasileira durante sua passagem pelo Tribunal Superior Eleitoral, marcada pelo respeito à soberania popular e pelo combate incansável à corrupção eleitoral.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 201/2012

Projeto de Lei nº 201/2012

Autores: Deputados Estadual Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Reni Pereira

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO MINISTRO ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Estaduais Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Reni Pereira, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná **AO MINISTRO ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI.**

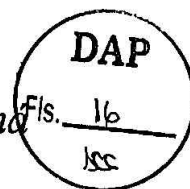
FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

14

SSC

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR